

GESTÃO E AUTONOMIA ESCOLAR FACE AOS PROCESSOS DE MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Emile Téta Ferreira¹; Tainâ Rodrigues Paiva²; Emerson da Silva Oliveira³; Alisson Slider do Nascimento de Paula⁴

¹ Educação Física, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará- Brasil,
emileteta14@gmail.com

² Educação Física, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará-Brasil,
tainarodriguesp98@gmail.com

³ Educação Física, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará-Brasil,
emersonsilveirapst@gmail.com

⁴ Docente/Pesquisador, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará-Brasil,
alisson_slider@uvanet.br

Introdução

A militarização das escolas públicas brasileiras constitui um fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente a partir do final dos anos de 1990, quando governos estaduais passaram a transferir a gestão de unidades escolares para corporações como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Esse processo, inicialmente descentralizado, ganha dimensão nacional com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019. A partir desse marco, a militarização passa a ocupar posição de destaque nas políticas educacionais brasileiras, suscitando debates acerca de seus fundamentos, objetivos e impactos na organização da escola pública.

Embora o avanço recente desse modelo esteja associado a conjunturas políticas contemporâneas, a aproximação entre educação e instituições militares não é inédita no Brasil. Durante períodos autoritários, como a Ditadura Civil-Militar (1964–1985), a escola foi concebida como espaço estratégico de formação moral e cívica orientada pela disciplina, hierarquia e controle social. Ainda que os formatos atuais não reproduzam integralmente aquela experiência histórica, é possível identificar permanências na centralidade atribuída à ordem e à padronização comportamental como elementos estruturantes do processo educativo.

No cenário mais recente, a militarização das escolas públicas tem sido justificada por discursos que associam a crise da educação à indisciplina, à violência e à suposta ineficiência da gestão civil. Apresentado como alternativa capaz de promover “gestão de excelência” e fortalecimento de valores cívicos, o modelo cívico-militar insere-se em um contexto de fortalecimento de agendas conservadoras e de reconfiguração do papel do Estado na condução das políticas sociais. Tal movimento revela que a militarização não se limita a uma proposta administrativa, mas expressa disputas mais amplas sobre o sentido da educação pública e o projeto de sociedade em construção.

Diante desse contexto, estudar a militarização das escolas públicas torna-se fundamental para compreender suas implicações sobre princípios constitucionais como a gestão democrática, a autonomia pedagógica e a participação da comunidade escolar. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do modelo de gestão militarizada na qualidade da educação e na autonomia da escola pública brasileira, buscando compreender suas implicações políticas, pedagógicas e institucionais no contexto contemporâneo.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, compreendendo a militarização escolar como fenômeno social, histórico e político complexo. Caracteriza-se como estudo bibliográfico e documental, com análise de produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2025. Foram consultadas bases como Scielo, Redalyc e Google Acadêmico, priorizando estudos sobre gestão democrática, militarização e políticas educacionais. Na etapa documental, analisaram-se a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Decreto nº 10.004/2019 (PECIM). Utilizou-se leitura exploratória, seletiva e analítica para identificação das principais categorias e argumentos. O referencial teórico-metodológico adotado foi o materialismo histórico-dialético. Assim, o fenômeno foi analisado em sua historicidade e nas contradições inseridas na totalidade social.

Resultados e discussão

No Brasil, a transição de escolas civis públicas para modelos de gestão militarizada constitui um processo que, apesar de ganhar maior visibilidade no final de 1990, possui raízes históricas mais profundas. A relação entre educação e instituições militares remonta a períodos autoritários da história nacional, como o da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), quando a escola foi concebida como espaço estratégico de formação moral, cívica e disciplinar, voltado à manutenção da ordem social e ao controle ideológico. Ainda que os modelos contemporâneos de militarização não sejam idênticos aos daquele período, é possível identificar continuidades simbólicas e estruturais na centralidade atribuída à disciplina, à hierarquia e à padronização de condutas como elementos educativos (SAVIANI, 2008; FRIGOTTO, 2017).

A partir do final dos anos 1990, em um contexto político-democrático, governos estaduais passaram a transferir a gestão de determinadas escolas públicas para corporações militares, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Essas iniciativas, conduzidas por agentes do Estado em diferentes instâncias subnacionais, inauguram o que Janaína Goulart (2022) denomina de primeira geração de escolas militarizadas, caracterizadas pelo repasse integral ou parcial da gestão escolar às corporações, sem vinculação a um programa federal estruturado. Nesse período, a militarização foi justificada sobretudo, por discursos que associavam a crise da educação pública à indisciplina, à violência escolar e à ineficiência administrativa, apresentando o modelo militar como solução para os problemas de natureza estrutural.

A consolidação da militarização enquanto política educacional nacional ocorre a partir de 2019, com a instituição do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), por meio do Decreto n. 10.004/2019 (BRASIL, 2019). Esse momento marca o surgimento da segunda geração de escolas militarizadas, que abrange unidades de ensino estaduais e municipais que aderiram formalmente ao programa federal (GOULART, 2022). Diferentemente da primeira geração, o e objetivos, ampliando significativamente o alcance da militarização no sistema educacional brasileiro. PECIM estrutura-se como política pública nacional, padronizando diretrizes e princípios.

Esse avanço ocorre em um contexto de fortalecimento de agendas ultra-conservadoras, autoritárias e de extrema-direita no país, intensificando com a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República em 2018. Conforme analisa Amaral (2019), tal período expressa um aprofundamento do processo de esvaziamento democrático, moralizantes e excludentes. A militarização das escolas insere-se nesse cenário como parte de uma estratégia mais ampla de controle social, disciplinamento da juventude e restrição da pluralidade de ideias no espaço escolar.

O governo Bolsonaro instituiu o PECIM com base em princípios como a “gestão de excelência dos processos educacionais, didáticos-pedagógicos e administrativos”, o “fortalecimento de valores humanos e cívicos” e a “adoção de modelo de gestão inspirado nos colégios militares” (BRASIL, 2019, p. 1). Contudo, diversos estudos apontam que tais diretrizes tensionam princípios fundamentais da educação pública brasileira, como a gestão democrática, a autonomia pedagógica e a participação da comunidade escolar, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/1996). Assim, a militarização das escolas públicas passa a ser compreendida não apenas como uma política educacional, mas como expressão de um projeto societário de cunho autoritário, que responde de forma simplificadora a problemas complexos da educação, deslocando o foco do investimento estrutural para a lógica da segurança e do controle.

A gestão democrática, prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996), constitui um dos pilares estruturantes da educação pública brasileira. Fundamentada na participação coletiva de professores, estudantes, famílias e comunidade local nos processos decisórios da escola, essa perspectiva compreende a instituição escolar como espaço de diálogo, construção coletiva e formação cidadã. Diferentemente de modelos hierarquizados e centralizados, a gestão democrática valoriza o pluralismo de ideias, a autonomia pedagógica e o exercício da cidadania no cotidiano escolar, reconhecendo que a qualidade da educação está diretamente vinculada à participação ativa dos sujeitos que a constroem (PARO, 2016). Nesse sentido, ela se apresenta como alternativa que fortalece a escola pública enquanto espaço de emancipação social e política.

Além disso, a gestão democrática não se limita a um princípio administrativo, mas configura-se como prática pedagógica que contribui para a formação crítica dos estudantes. Ao incentivar a participação em conselhos escolares, grêmios estudantis e processos deliberativos, promove-se a vivência concreta de valores democráticos, como respeito à diversidade, negociação de conflitos e responsabilidade coletiva. Em contraposição à lógica militarizada, que privilegia a disciplina verticalizada e a padronização de comportamentos, a gestão democrática aposta na construção compartilhada de regras e na mediação dialógica como caminhos para enfrentar desafios como indisciplina e violência escolar. Assim, reafirma-se a importância de fortalecer mecanismos democráticos na escola pública como estratégia não apenas administrativa, mas formativa, comprometida com a consolidação de uma educação voltada à cidadania, à inclusão e à justiça social.

Conclusões

Conclui-se que a militarização da educação pública brasileira tenciona diretamente os princípios da gestão democrática e da autonomia escolar, ao introduzir modelos hierarquizados e centralizadores na organização da escola. Embora apresentada como alternativa para enfrentar problemas estruturais, essa proposta desloca o foco das políticas educacionais para a lógica do controle e da disciplina. Em contrapartida, a gestão democrática reafirma a participação coletiva, o diálogo e a construção compartilhada das decisões como fundamentos da qualidade educacional. Assim, o debate sobre militarização revela-se inseparável da defesa de uma escola pública comprometida com a formação crítica, cidadã e socialmente emancipadora.

Palavras-Chave: Militarização escolar, gestão democrática, autonomia escolar.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Daniela Patti. Participação da Comunidade na Seleção de Diretores de Escolas Públicas: movimentos no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Educativa - Revista de Educação**. Goiânia, v. 22, 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto no 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudencio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- GOULART, Janaina Moreira de Oliveira. **A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 2008.

